

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0029204

IP
910
F363



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÉLIO MARQUES FERNANDES
Deputado Federal

TURISMO-FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Discurso proferido na sessão
de 16 de agosto de 1972

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1972

F 328.32
F363t



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÉLIO MARQUES FERNANDES
Deputado Federal

**TURISMO-FATOR DE
DESENVOLVIMENTO**

Discurso proferido na sessão
de 16 de agosto de 1972

F 328.32
F 3637
B0029204

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1972

C SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a primeira noção que se impõe é a de conceituar o que é turismo. Buarque de Holanda, em seu "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", assim o define: "Gosto de viagens; viagens de recreio". A *Enciclopédia Barsa*, vol. 13, informa: "Para o Professor Angelo Mariotti, do Real Instituto de Ciências Económicas de Roma, turismo é viagem que não tem objetivo de lucro". Mais recentemente, os professores Doutor W. Humziker e Dr. K. Krapt o definiram como "Conjunto de relações e de fenómenos resultantes das viagens e estadas de não-residentes, e desde que tais estadas não se estabilizem e também não decorram de uma atividade lucrativa". Embora aceita em Congressos, essa definição ainda não é considerada definitiva, dada à contínua evolução e expansão registradas nos meios turísticos, pág. 370.

Dada a sua complexidade, o turismo está vinculado a várias ciências, destacadamente as chamadas ciências económicas. Mas tem vínculos também com a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Educação etc. E nos dias atuais já começa a ser intitulado como «ciência do turismo».

O turismo, de forma geral, é dividido em interno (ou nacional), e internacional (sendo este, externo e receptivo). O primeiro se caracteriza por se fazer sem ultrapassar as fronteiras internacionais do país onde reside o turista. O Brasil, por suas dimensões continentais, pode ainda subdividir o turismo em interestadual e intermunicipal. O turismo internacional é o que tem por característica a transposição de uma ou mais fronteiras internacionais.

É sabido que o turismo é indústria das mais rentáveis do mundo. E, além disso, propicia o relacionamento e diálogo entre os povos. No caso do Brasil aproxima os brasileiros das mais variadas regiões, proporcionando o conhecimento da vasta Nação brasileira.

Mas, para atingir o fim colimado, é preciso fazer com que sua infra-estrutura atinja ao ponto em que o turista se sinta bem. Essa infra-estrutura não diz respeito tão-somente à rede hoteleira. Muitos outros componentes se fazem indispensáveis. Dentre eles se

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NUMERO	DATA
F301	27/9/73

destacam: o equipamento urbano deve-se apresentar com eficiência, higiene e, muito importante, que seja saneado; em nível de prioridade também devem estar os sistemas bancários, de transportes, comunicação e de promoção nacional, a rede de agências de viagens e de concessionários; os acordos internacionais (principalmente aqueles que dizem respeito às passagens marítimas e às tarifas aéreas) e, obviamente, é preciso educar o povo para receber bem o turista. Nada é mais desagradável ao turista do que ter a sensação de estar perdendo tempo e/ou dinheiro por falta de organização ou por se ter baseado em folheto que não espelha a verdade.

De forma geral o turismo internacional é antecedido pelo interno. É este que «inicia e incentiva a indústria hoteleira, acompanha os meios de transporte, cria novo comércio, intensifica o intercâmbio na vida nacional, desenvolve diversões, feiras e festas, mobiliza e redistribui riquezas, cria um mercado de trabalho, favorece o atersanato, as artes e o civismo». (*Enciclopédia Fortaleza*, vol. 5, pág. 1.433). Os fluxos turísticos repercutem nos segmentos comerciais, industriais e de serviços, gerando, por consequência, uma fonte de empregos.

No Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968/1970 (vol. 2, pág. XIX — 14/XIX/15) referentemente ao turismo lê-se: «... Ao traçar a Política Nacional de Turismo, o Governo Federal objetivou ampliar e intensificar os seguintes efeitos benéficos gerados por essa atividade: 1) *Contribuir para o fortalecimento do balanço de pagamentos* — O desenvolvimento do Turismo externo receptivo estimula o ingresso de moeda estrangeira, atraindo maior número de viajantes e elevando sua média de permanência no País, enquanto o do turismo interno substitui parcialmente, por viagens domésticas, o crescente número de viagens ao exterior, diminuindo a evasão de divisas. 2) *Estimular a integração econômica e social do País, pelo carreamento de recursos* — das regiões mais para as menos desenvolvidas, melhorando a distribuição interna da renda. A intensificação das correntes turísticas internas, possibilitando melhor conhecimento e difusão de diferentes sistemas de preços de bens e serviços, contribui para a homogeneização dos hábitos de consumo e do sistema de preços. Dessa forma, distorções causadas por mercados estanques tenderiam, a longo prazo, a desaparecer, persistindo apenas variações em função dos diferenciais de renda e do custo de transporte de mercadorias.

p Sr. Dib Cherém — Deputado Marques Fernandes, queira V. Exa. receber meus cumprimentos pela análise que faz, nesta tarde, da tribuna da Câmara dos Deputados, de assunto de tamanha importância para o País, qual seja, o desenvolvimento do

turismo. Sabe V. Exa. que há nesta Casa uma Comissão Especial, da qual tenho a honra de ser o Relator-Geral, que está estudando exatamente todos os aspectos relacionados com o turismo brasileiro, para apresentar sugestões ao Poder Executivo. E várias delas já têm sido encaminhadas ao Ministério da Indústria e Comércio. As estatísticas indicam que o comércio mundial do turismo só é superado pelo das empresas petrolíferas e representa 6% de todo este comércio, chegando no ano passado, a 15 bilhões de dólares. Sabe-se que esse setor de troca chegou a 250 milhões de dólares. Cito esse fato apenas para assinalar o que significa o turismo como fator de importância econômica e ainda para expressar que alguns países têm a sua economia assentada na exploração do turismo, como Portugal, Espanha e Itália, na Europa; México e Uruguai, na América; Israel e Líbano, na Ásia, e há outros países. Mas há um ponto que quero acentuar e que V. Exa. também registrou, embora de maneira rápida, no seu discurso: a necessidade de antes de fomentar o turismo nos padrões internacionais, incentivarmos o turismo interno. Para isso, é preciso que o povo esteja capacitado para a execução de um projeto de turismo interno, formando-se uma verdadeira mentalidade no País, que atinja a todas as categorias econômicas e sociais, comércio e indústria, pequenos e altos funcionários públicos, a fim de que o Brasil se prepare efetivamente para o turismo internacional, que, como bem assinala V. Exa. requer uma infra-estrutura altamente sofisticada, não só a econômica, de transporte, comunicação, energia elétrica, mas uma infra-estrutura urbana, oferecendo bens e serviços àqueles que vão utilizar o nosso sistema de turismo. Permita-me, pois, V. Exa., que me desculpe pela maneira como me alonguei nesse aparte. O assunto, porém, é fascinante. V. Exa. pode estar certo de que o turismo, calcado em bases racionais — e eu tive o prazer de apresentar duas emendas ao Plano Nacional de Desenvolvimento referentes ao Turismo — vai-se constituir num poderoso fator no desenvolvimento econômico do País.

O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES - • V. Exa. muito me honra com o seu aparte.

Continuando, Sr. Presidente:

3) *Desenvolver regiões cujo desenvolvimento esteja associado ao turismo*. Definidas as microrregiões do País, com vocações naturais e ecológicas para o Turismo, os investimentos governamentais, os estímulos fiscais e financiamentos deverão ser canalizados prioritariamente para tais áreas. 4) *Estimular a integração política e econômica do continente*. No que tange à *Estratégia Governamental*, no mesmo Programa, (mesmo volume, pág. XIX-15/XIX-16), acrescenta: «Sendo estes os objetivos básicos do

Governo, a sua estratégia foi formulada tendo-se em vista as seguintes proposições: a) concepção do Turismo como atividade de caráter privado, cabendo ao Governo a função normativa, coordenadora e estimuladora; b) a função executora do Governo se fará presente quando se tratar de medidas que, pelo seu caráter, exijam intervenção direta para correção de tendências ou aceleração do processo de desenvolvimento; c) o fomento das atividades turísticas deverá estar em consonância com a de importância do setor no desenvolvimento integrado de nossa economia.

«Com base nestes postulados, a EMBRATUR converge suas atenções para o Plano Nacional de Turismo a ser submetido à apreciação do CNTur. Destacam-se em seu planejamento global dois aspectos: o da criação das pré-condições e o das áreas turísticas.

A preparação de pré-condições visa a estabelecer medidas básicas e gerais de ordenação: implantação de sistemas de infraestrutura turística-hoteleiro, viário, de comunicações; fiscalização de atividades turísticas; adoção de um adequado sistema de estatísticas do turismo; medidas de estímulo direto ao turismo externo, interno, estudantil e do turismo social.

«O planejamento das áreas turísticas objetiva estabelecer as microrregiões que, além de *dependerem* do turismo para o seu desenvolvimento, apresentem condições intrínsecas para tal. Após a indicação preliminar, serão feitos diagnósticos dessas microrregiões para verificar o potencial e a importância relativa do turismo. Caso o diagnóstico conclua ser esta a atividade motriz de determinada microrregião, os estímulos e incentivos fiscais poderão ser aplicados, condicionados à contrapartida de estímulos dos Governos Estaduais e Municipais (previstos no Decreto-lei n° 55, de 18 de novembro de 1966) e sujeitos à aprovação do CNTur e EMBRATUR.»

Vários são os efeitos que podem advir de um *programa de turismo bem estudado e bem elaborado*. Vejamos:

1) *efeito econômico*: o balanço de pagamentos tenderá a melhorar no País como um todo e na região onde o turismo se implantar. Haverá elevação da renda e o desenvolvimento de indústrias e serviços a ele correlatos. O turista é, em tese, um comprador em perspectiva. Embora não saia exclusivamente com o fito de compra, sua predisposição psicológica é a de um comprador em potencial. Se se lhe oferecer uma boa promoção de vendas, passará ele da predisposição ao ato da compra. Mesmo que essa atividade não represente um peso considerável, há que se levar em conta que a sua presença na localidade implica em outras despesas normais de manutenção e hospedagem.

2) *efeito educacional*: em ocorrendo a movimentação de pessoas nos mais variados níveis, haverá por certo uma troca de experiências, quer em padrão universitário, quer empresarial ou técnico, ou outro qualquer que se apresente. Essa troca só poderá ser benéfica, porquanto apresentará a uns e outros (locais e turistas) oportunidade de melhor conhecimento recíproco, tecnológico, etc.

3) *efeito cultural*: sob esse aspecto haverá a integração de todas as regiões do País e não apenas delas, mas, quando se trata de turismo internacional, o intercâmbio de cultura de um povo para outro. É, pode-se dizer, uma vantagem ambivalente. O nível médio da cultura tenderá a elevar-se. Não será a cultura tomada como conhecimento estático e sim aquela referente à incorporação do conhecimento das coisas em relação ao comportamento político e social.

4) *efeito social*: o comportamento social, que advém da cultura, torna-se um importante fator do desenvolvimento, tendo em vista que através dele haverá a formação de condições tendentes a elevar ou baixar o ritmo do progresso por meio da produção e do consumo. É através dele que haverá a elevação das oportunidades — maior número de empregos, equilíbrio e aumento do nível de bem-estar social, etc.

5) *efeito político*: este está praticamente incluído nos efeitos educacionais e culturais, porquanto por ele haverá a promoção da mútua compreensão dos povos entre si e, quanto ao turismo interno, os nacionais melhor compreenderão outras regiões de seu próprio País.

b) *efeito-renda*: no que diz respeito à renda, há duas categorias de turismo: de distribuição e de captação. O primeiro é o que se realiza dentro dos limites da área nacional, ou estadual, ou regional (turismo interno); não carrega acréscimos à renda global, mas lhe altera o fluxo regional na área em que se processa. O segundo realiza-se através da transposição de fronteiras, caracterizando-se «peio afluxo de fora para dentro (turismo externo) do País», e é capaz de produzir acréscimo real à renda anterior. Cumpre notar, entretanto, que o que é turismo de distribuição, do ponto de vista nacional ou estadual, será turismo de captação, se encarado do ponto de vista municipal.

A prática do turismo interno interessa a Estados e Municípios tanto no que concerne ao incremento de sua renda global quanto no que diz com problemas de integração, correção de desequilíbrios regionais etc. São de todo louváveis as campanhas de estímulo desse tipo de turismo, como a promovida pelo Banco do Nordeste e governos estaduais, sob o patrocínio da EMBRATUR.

Além disso, o fomento do turismo interno tem reflexos positivos na preparação de uma infra-estrutura e de uma mentalidade popular adequadas à expansão do turismo externo.

O turismo é dos poucos setores econômicos que, nas relações de troca entre países em desenvolvimento e países industrializados, não se apresentam desvantajosos para aqueles. Cumpre-nos, pois, a exemplo de outras nações, atualizar nossas potencialidades nesse setor.

A INDÚSTRIA TURÍSTICA NO MUNDO

A Europa continua à frente na exploração da indústria do turismo. «Em 1965, por exemplo» — diz Benedito Silva, no *Informativo* de março de 1971 da Fundação Getúlio Vargas —, «dos 97 países envolvidos nessa indústria, 23 países europeus absorveram praticamente 3/4 do turismo internacional, mensurado em termos de pessoas, e 62% das receitas correspondentes. E em 1967, cerca de 80% das receitas turísticas mundiais correspondentes ao ano foram auferidas pelos 18 países europeus membros da OCDE: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Iugoslávia, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, Inglaterra, Suécia, Suíça e Turquia. Particularmente notável tem sido o crescimento da Espanha no setor: nos 9 anos de 1958 a 1966, esse país «multiplicou sua renda turística por mais de 17, o que corresponde a quase 200% por ano».

Em 1967, as receitas de turismo atingiram 14,1 bilhões, isto é, 6,7% da exportação mundial (211 bilhões de dólares). Os países que têm desenvolvido sistematicamente o turismo internacional percebem este grande percentual da renda nacional, que chega a 7,7% no caso Suíça.

Fora da Europa, o turismo tem crescido a ponto de desempenhar papel importante nos Estados Unidos, Canadá, México, Japão, etc. Na América Latina, o exemplo mais notável é o México, que chega a auferir das rendas turísticas receita praticamente igual ao montante das exportações de café pelo Brasil.

Nem todos esses países apresentam saldo positivo no setor. Assim os Estados Unidos, que auferiram em 1968, 1.770 milhões de dólares, gastaram por sua vez 3 bilhões no exterior, apresentando, portanto, um saldo negativo, na balança de turismo, de 1.250 milhões de dólares. Noutros países entretanto, como a Itália e a Espanha, os saldos positivos vêm-se aproximando dos 2 bilhões de dólares anuais. No Líbano, segundo Guilherme Miller (*Indústria & Produtividade*, março/70), a receita de turismo ultrapassa a das exportações do país.

O quadro seguinte, da OECED, amplia o entendimento da importância econômica do turismo em alguns países.

RECEITA DE TURISMO E BALANÇO DE PAGAMENTOS

(Milhões de dólares)

PAÍS	Ano	Receita Total de Turismo	Receita Total de Exportação de Mercadorias	%
França	1966	1.009	12.936	7,8
Alemanha	1967	871	27.348	3,2
Grécia	1967	127	904	14,1
Itália	1966	1.460	11.871	12,3
Portugal	1967	257	928	27,7
Espanha	1967	1.210	2.967	40,8
Suíça	1967	575	5.396	10,7
Turquia	1967	13	766	1,7
Grã-Bretanha	1967	652	21.815	3,0
Canadá (incl. trans. internos)	1967	1.209	13.825	8,8
Japão	1966	79	11.569	0,7
Estados Unidos	1966	1.573	44.755	3,5
Iugoslávia	1966	117	1.734	6,8

Alguns outros dados: em 1968, aproximadamente 100 milhões de turistas visitaram mais de 100 países, despendendo cerca de 5 bilhões de dólares em passagens e mais de 15 bilhões em outros gastos. É o turismo o maior item do comércio internacional com taxa de crescimento anual superior a 10% — o que ultrapassa a do comércio internacional de produtos. Comparece com cerca de 70% das receitas invisíveis da Áustria, 73% do Uruguai, 10% dos Estados Unidos da América, 28% da França, 34% da Itália. Desempenha papel importante na economia de nações como a Dinamarca, a França, a Itália, a Suíça. Na América Latina, além do México e do Uruguai, Peru e Equador têm já no turismo «um dinamizador constante de suas economias». A receita turística espanhola aproxima-se da que o Brasil recebe com todas as suas exportações, incluída a de café.

Turismo no Brasil — A posição do Brasil nesse quadro é muito modesta. Fatores diversos contribuem para isso, entre eles o custo de vida (entre os mais altos), as elevadas tarifas aéreas, a «mentalidade predatória» dos que tratam com os turistas; mas também, sem dúvida, o fato de ser relativamente recente o início de nossa preocupação sistemática com o assunto.

Não obstante, começamos a crescer. Em 1969, obtivemos cerca de 40 milhões de dólares com o turismo — pouco mais de 0,1% do nosso Produto Nacional Bruto, taxa extremamente baixa se comparada à de países de intensa exploração turística. Embora pequena, tal importância excedia em muito a do ano anterior, que se fixara em 22,3 milhões. Também a despesa de brasileiros no exterior cresceu: 78,4 milhões de dólares em 1968 para 93 milhões em 1969. Mas, nesses anos, a receita cresceu em 17,3 milhões de dólares, ao passo que a despesa no exterior aumentou de apenas 14,6 milhões.

A correlação receita-despesa de turismo é objeto dos seguintes quadros (Banco Central):

QUADRO I
BRASIL: BALANÇO DE PAGAMENTOS TURÍSTICOS
Receita e Despesa em US\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1961 - 1967		1968	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Viagens	112.700	239.100	17.428	54.707
Passagens	11.700	63.400	4.906	23.677
TOTAL	124.400	302.500	22.334	78.384

BRASIL: BALANÇO DE PAOAMENTO TURISTICO — US\$ 1.000
 Receita e Despesa por Países

S18E8	1961 — 1967		1968	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Argentina	5.839	7.464	645	920
Chile	812	549	174	27
Uruguai	2.522	2.944	213	677
Estados Unidos	92.969	230.110	18.733	56.097
Alemanha	3.254	7.694	415	2.543
França	1.381	9.423	358	2.253
Itália	1.706	13.346	289	5.583
Portugal	5.238	6.944	283	1.757
Inglaterra	3.818	7.467	384	2.337
Suíça	1.402	4.090	86	2.274
Espanha	1.836	6.535	73	1.793
Outros	3.621	5.934	681	2.123
TOTAL	124.400	302.500	22.334	78.384

Comentando estes dados, diz Roberto Andrade («Plano Nacional do Turismo», *Indústria 6 Produtividade* n° 15 agosto de 1969):

«...os resultados das despesas e receitas de turismo para onze países, equivalentes a praticamente 98% do total, indicam que somente em um deles o Brasil apresenta *superavit*, ou seja o Chile. A análise destes valores deve levar as autoridades responsáveis a uma preocupação muito maior, pois não são indicações de um simples ano desfavorável, mas sim uma constante de 8 anos seguidos que significaram para o País uma perda de 234,2 milhões de dólares».

A solução para o problema não reside, é claro, em opor restrições à saída de brasileiros, mas em criar condições para a vinda de estrangeiros ao País, a fim de que o Brasil, a exemplo de outros países (e cabe aqui insistir no caso do México, em tudo e por tudo mais próximo de nós que os grandes países turísticos europeus), monte e explore efetivamente uma indústria do turismo, capaz de lhe render divisas. Tal solução não há, como foi dito, de afastar o incremento do turismo interno; mas, ao contrário, até de abrangê-lo como fator de preparo do terreno.

Nossa receita turística recorde de 1969 (lembre-se que a EMBRATUR opera desde 1968) parece indicar nossas boas possibilidades de crescimento no setor.

Sou um homem que luta pelo turismo desde que era Vereador em Porto Alegre. Em 1956, quando compareci ao Congresso Nacional de Municípios que se realizava em Recife, tive ocasião de defender a tese que hoje, com mais detalhes, mais seriedade, mais conhecimento e mais vivência, trago nesta tarde ao conhecimento dos Srs. Deputados. Turismo é fator de desenvolvimento, turismo é fator de renda para o município, turismo é fator de integração nacional.

Pode-se resumir em dois os principais fatores básicos justificadores de uma ativa política de estímulo ao turismo: 1° — No aspecto nacional e municipal, o turismo é um importante gerador de rendas. Não é só em renda do pagamento dos serviços de turismo que tem em mente essa assertiva. Esse será certamente apenas o início de um processo multiplicador de Renda local.

Com efeito, a renda originada do turismo é uma economia externa que funciona como injeção de rendas. Age simultaneamente ao investimento autônomo nos seus primeiros estágios de gastos, isto é, gera poder imediato de compra iniciando uma corrente de pequenos investimentos induzidos e sucessivos.

O investimento autônomo se caracteriza pelo fato de não ter origem no mecanismo interno do mercado, mas na opção indepen-

ciente e renovadora dos responsáveis pelo sistema — os empresários ou o Governo. Já o investimento reduzido é uma resposta à procura insatisfeita, fruto do acréscimo da nova renda gerada pelas sucessivas transações originadas do investimento autônomo ou das economias externas. A renda inicial é como que importada de outras áreas, ou mesmo do exterior, para criar processo circular. A renda importante que se obtém como fruto dos gastos do turista não é, portanto, o quanto gasta o turista, mas a soma de todos os gastos que o impulso inicial dá ao processo produtivo. O hoteleiro pagando empregados e esses comprando bens e serviços de consumo, a mercearia renovando estoques e forçando a produção nova constituem parte dessa corrente de gastos. Diante desses gastos que representam integração de pessoas ao processo de produção e consumo, não se pode considerar mais importante a receita pública que o turismo cria, não só nos seus estágios originais, como em todas as etapas seguintes da produção. Mas ela também é parte dos benefícios que o turismo permite ao governo oferecer à comunidade.

Esse mecanismo amplo, portanto, cobre todo o resultado prático e físico dos objetivos da política de turismo. A criação de divisas é correlata a esses objetivos, especificamente facilitando a execução de nossa política exterior.

O segundo fator de base de importância da política de turismo é o espírito empresarial e nacionalista que a exibição de riquezas nacionais tangíveis e intangíveis provoca nas populações regionais. Esse entusiasmo em si, uma espécie de orgulho patriótico e regional, pode servir de embasamento para valorização de nossa disponibilidade econômica em potencial. Sua exploração de fato vai de pronto fortificar o processo circular descrito na referência ao fator geração de renda.

Srs. Deputados, indico, aqui, no final, todas as obras que consultei, páginas e compêndios, uma relação enorme, porque procurei fazer um trabalho que poderá servir de consulta e de auxílio a quem queira estudar o problema.

OBRAS CONSULTADAS:

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Programa estratégico de desenvolvimento, 1968/1970. s 1, 1968, v. 2.

ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro, Enciclopaedia Britânica. 1968, v. 13.

ENCICLOPÉDIA FORTALEZA, São Paulo, Ed. Fortaleza. 1971, v. 5.

H —

KAZ, Paulina. O turismo no desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Revista Brasileira dos Municípios (Rio de Janeiro) 21/8182); 1/8, jan./jun. 1968.

MEDLICK, S. Economic importance of tourism. *Revue de Tourisme* (Berne) n. spécial: 38/41, 27 mar. 1969.

PAISAGENS E DIVISAS. *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) 1ª Cad.: 2, 5/6/dez. 1971.

REUNIÃO OFICIAL DE TURISMO, Brasília, D.F., junho de 1972. Comissão 3: *Planejamento Turístico da Amazônia*. s.n.t..

TOURISME ET CROISSANCE ECONOMIQUE DES PAYS EN VOIE DE DEVELOPPEMENT. *Revue Internationale des Produits Tropicaux* (Paris) 42 (447): 12/13, dec. 1967.

SAMPAIO, Flávio Penteadó. Turismo um negócio em expansão. *Mundo Econômico* (São Paulo) 3 (1): 34/37, jan. 1970.

MAIOR RECEITA DE DIVISAS DO TURISMO DE ESTRANGEIROS. *Revista dos Transportes* (Rio de Janeiro) 16 (12): 32, dez. 1969.

ZALAMEA, Luis. El enorme potencial del «turismo de grupo» para las ciudades de Sudamérica, *Municipalismo* (New Orleans) 3:36-37, verano 1970.

CASTILLO MATHIEU, Nicolás del. El turismo em Colômbia. *Municipalismo* (New Orleans) 3:38-39, verano 1970.

SILVA, Benedicto. Turismo II — o monopólio europeu. *Informativo* (Rio de Janeiro) 3 (3): 5-10 mar. 1971.

TURISMO INTERNACIONAL. *Conjuntura Econômica* (Rio de Janeiro) 23 (3): 93-100, mar. 1969.

PULIDO SAN ROMAN, António. *Introduccion a un análisis econométrico del turismo*. Madrid, Instituto de Estudios Turísticos, 1966.

EL TURISMO INTERNACIONAL. *Cuadernos de Información Económica y Sociológica* (Barcelona) 15-16:107-126, jun/dic. 1964.

UM PLANO DE TURISMO PARA O RIO DE JANEIRO

Boletim de Informações 6 — Governo da Guanabara (Rio de Janeiro) 95-110, 1970.

- RUIZ GUIÑAZU, Alejandro. «Fuentes de Riqueza Nacional Inexploradas el Turismo». *Revista de la Union Industrial*, n° 32. Buenos Aires, enero-marzo 1967, pp 79/82.
- MUNDO ECONÓMICO, maio/1968, pp. 24/28. «O Sol Pode Fazer Dinheiro».
- NOTES ET ETUDES DOCUMENTAIRES, n° 3.771-3.772. 22 mars 1971. «Le Tourisme en Italie».
- REVISTA DOS TRANSPORTES, vol. XV n° 7, julho/1968, pág. 55.
- BANAS n° 850, 3 agosto/1970, pág. 46. «Turismo — Tarifa Aérea é Obstáculo».
- N° 819 e 820, 29-12-1969 - 5-1-1970, pág. 10.
- N° 835, 20-4-1970, pp. 7-11.
- N° 885, 5-4-1971, pág. 36.
- COMÉRCIO EXTERIOR n° 2, agosto/setembro/1971, pp. 31-32.
- CONFIDENCIAL ECONÓMICO, ano 2, n° 20. 30-4-1971, página 4.
- BC SEMANAL. n° 424, 25-5 -- 1-6-1970, pp. 14-16.
- ANDRADE, Roberto. «Plantur — Plano Nacional do Turismo». *Indústria e Produtividade* n° 15, agosto/1969, pp. 20-23.
- MILLER, Guilherme. «Turismo no Brasil». *Indústria & Produtividade*, n° 22, março/1970, pp. 66-67.
- COMÉRCIO E MERCADOS n° 5, janeiro/1968, p. 3.
- N° 23, julho/1969, pp. 7 e 17.
- N° 29, janeiro/1970, pp. 14-15.
- MUNDO ECONÓMICO, junho/1970, pp. 44-45.
- MAZZA, Luiz Geraldo «Anotações para uma Política Estadual de Turismo». *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, maio e junho de 1969, pp. 53-64.
- LE TOURISME DANS LES PAYS DE L'OCDE (Paris). 1970.
- O ANO INTERNACIONAL DO TURISMO. *Revista dos Transportes* (Rio de Janeiro) 16 (5): 34-35, mai. 1968.

TURISMO NA AMÉRICA LATINA. 8% A MAIS EM 1969. *Banas* (São Paulo) 16 (856): 33, 14 set. 1970.

COTAL (Buenos Aires) 75: 10, oct. 1968.

TURISMO NO BRASIL! O COMEÇO DA INDÚSTRIA. *BC/Semanal* (Rio de Janeiro) 432:19-26, 20-26 jul. 1970.

PEREIRA, José Eduardo. Aspectos do problema do turismo no Piauí. *Piauí Municipal* (Teresina) 8:64-66, set/dez 1970.

Sr. Presidente, levei esse trabalho que acabei de ler como tese ao S° Congresso Nacional de Municípios, em nome da Comissão da qual tive a honra de fazer parte, representando a Câmara dos Deputados. Foi ele aprovado unanimemente e dele tiradas as conclusões para a Carta dos Municípios e as sugestões que serão feitas ao Senhor Presidente da República e aos Srs. Ministros.

Sou um homem que, como todos sabem, tem enorme confiança nesta Pátria. Sou um brasileiro igual a todos e acho que agora está certo o Governo em tomar providências no sentido de aproveitar esse manancial enorme que é o turismo, explorando as belezas da natureza, tão pródiga em nossa Pátria, com locais maravilhosos, mas de difícil acesso, que nunca podem ser visitados pelos brasileiros, quanto mais pelos estrangeiros. Na minha terra, o Rio Grande do Sul, existe o célebre Taimbezinho, uma fenda feita na terra, que orgulha a nós gaúchos e aos demais brasileiros que vão visitá-la. Infelizmente, porém, não há estrada pavimentada até o local. Quando o Prefeito da Cidade de Porto Alegre recebia pessoas vindas do estrangeiro e as levava até Taimbezinho, tinha de depender do tempo, porque, se eventualmente viesse a chover seria impossível a viagem de volta, em virtude das péssimas condições da estrada. Hoje, porém, no meu Estado, já existem a Secretaria de Turismo e a Companhia Riograndense de Turismo. Demos os primeiros passos com a criação da infraestrutura, a fim de que o turismo seja aproveitado como fonte de renda. Em 1964, como há pouco referi, deixou de entrar para o Brasil a importância de 234 milhões de dólares, que poderíamos ter aproveitado, se tivéssemos feito os investimentos reclamados por obras públicas do setor.

Há pouco o nobre Deputado Dib Cherém nos apartou — e, em o fazendo, deu-nos imensa honra — dizendo que faz parte da Comissão de Turismo instituída pela Câmara. Encaminharei o trabalho àquele órgão, porque é de toda conveniência uma tomada de posição que defina a nossa ajuda ao Governo, que está enfrentando o problema com realismo. A EMBRATUR, criada em 1968,

há poucos anos, pois, já apresenta conquistas expressivas no seu campo. Colabora com inúmeras entidades que exploram o turismo cujo racional desenvolvimento exige a participação conjunta do Governo e da empresa privada, cada um em seu mister.

Quero aqui também relatar, Sr. Presidente, que no ano passado, como membro — e uma Comissão constituída de Deputados e de um Senador — estivemos representando o Congresso Nacional na reunião da OICI, no Panamá, onde levantei a tese de que não adianta procurar lazer turismo com o encarecimento cada vez maior das passagens aéreas; não adianta procurar fazer turismo, interno ou externo, se só temos hotéis em termos de incentivos fiscais, hotéis de grande luxo, que cobram diárias caríssimas e que nem todos podem pagar.

O que temos de aproveitar no Brasil, acima de tudo, é o turismo interno. Mas para isso não devemos esquecer que é a classe média que viaja dentro da sua Pátria. Os que estão bem de vida, os ricos vão visitar os Estados Unidos, a Europa, a Austrália, todo o mundo. Quem procura conhecer o seu País, porque não tem outro meio de viajar, é a classe média. E graças a Deus, Sr. Presidente, já temos estradas, em virtude da pujança e da atividade do grande Presidente da República, General Garrastazu Medici, atualmente é possível sair da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, lá do Chuí, e viajar até Belém do Pará. Com pouca dificuldade — a aquisição de um carro, uma barraca e alguns utensílios domésticos — qualquer brasileiro habilita-se a viajar pelo Brasil afora, porque não existe mais o empecilho da falta de estradas.

E nós, que constantemente saímos de Brasília para Porto Alegre, guiando nosso carro durante 30 horas, vemos como há gente viajando. Encontram-se hoje em Brasília carros com placas de vários municípios do Brasil, dos mais distantes. Em Guarapari, Sr. Presidente, havia automóveis com placas de quase todos os Estados e municípios, vindos das mais longínquas localidades. Conheci, por exemplo, um Vereador de Uruguaiana que, em auto particular, deslocou-se para o Espírito Santo afim de saber se era verdade que o Brasil tinha estradas bonitas. E graças a Deus viu o que é uma realidade, que ninguém pode negar. Por outro lado, quando retornávamos de uma viagem do Rio de Janeiro para cá, tivemos ocasião de parar e falar com homens que se encontravam à beira da estrada. Sentimos nesses homens, que ali nasceram, ali estão vivendo e possivelmente morrerão sem dali sair, a tranquilidade, a confiança no atual Governo e a satisfação de estarem todos eles trabalhando pela integração nacional.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, muito obrigado por terem ouvido meu discurso, que visa, acima de tudo, a fazer com que haja o maior apoio possível às medidas que o Governo está tomando em torno do turismo, porque turismo é fator de desenvolvimento. *(Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).*